

9ª BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA

Termo de Referência 16/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2026	160240-9ª BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA	ANDERSON GOMES SILVEIRA	15/04/2026 11:19 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64162.001081/2026-32

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº64162.001081/2026-32)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição Gêneros Alimentícios para o ano de 2026 e 2027 para confecção das etapas diárias pelo Setor de Aproveitamento da 9ª Bia AAAe (Es) - FM, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UN	QTDE	MÉDIA DE PREÇO	VALOR TOTAL
1	Fruta, tipo: abacate manteiga, apresentação: natural	464371	Kg	160	R\$ 5,24	R\$ 838,40
2	Fruta, tipo: abacaxi havaí , abacaxi cayenne, apresentação: natural	464375	Kg	650	R\$ 6,35	R\$ 4.127,50
3	Fruta, tipo: banana prata , banana branca, apresentação: natural	464381	Kg	650	R\$ 4,72	R\$ 3.068,00
4	Fruta, tipo: maçã gala, apresentação: natural	464400	Kg	650	R\$ 8,63	R\$ 5.609,50
5	Fruta, tipo: mamão formosa, apresentação: natural, adicional: orgânica	464405	Kg	600	R\$ 4,97	R\$ 2.982,00
6	Fruta, tipo: manga tommy, apresentação: natural	464406	Kg	1040	R\$ 6,71	R\$ 6.978,40
7	Fruta, tipo: morango, apresentação: natural, adicional: orgânica	464328	Kg	80	R\$ 30,54	R\$ 2.443,20
8	Fruta, tipo: laranja pera, apresentação: natural	464393	Kg	1170	R\$ 4,32	R\$ 5.054,40
9	Fruta, tipo: limão taiti, apresentação: natural	464398	Kg	364	R\$ 3,88	R\$ 1.412,32
10	Fruta, tipo: mamão papaia , mamão amazônia, apresentação: natural	464404	Kg	390	R\$ 8,58	R\$ 3.346,20

11	Fruta, tipo: melancia vermelha, apresentação: natural, adicional: orgânica	464418	Kg	910	R\$ 4,53	R\$ 4.122,30
12	Fruta, tipo: melão amarelo, apresentação: natural, adicional: orgânica	464422	Kg	585	R\$ 5,98	R\$ 3.498,30
13	Fruta, tipo: pera willians, apresentação: natural	464425	Kg	442	R\$ 9,75	R\$ 4.309,50
14	Fruta, tipo: tangerina poncan, apresentação: natural	464436	Kg	208	R\$ 5,77	R\$ 1.200,16
15	Fruta, tipo 1: uva passa, apresentação: desidratada , seca, adicional: preta	464883	Kg	26	R\$ 21,00	R\$ 546,00
16	Legume in natura, tipo: abobrinha de pescoço , menina	463751	Kg	338	R\$ 5,01	R\$ 1.693,38
17	Legume in natura, tipo: mandioca , aipim, apresentação: orgânico	463795	Kg	1040	R\$ 4,75	R\$ 4.940,00
18	Legume in natura, tipo: batata doce, apresentação: orgânico	463753	Kg	845	R\$ 4,18	R\$ 3.532,10
19	Legume in natura, tipo: cebola branca, apresentação: orgânico	463781	Kg	1820	R\$ 6,73	R\$ 12.248,60
20	Legume in natura, tipo: cenoura	463770	Kg	1040	R\$ 6,49	R\$ 6.749,60
21	Legume in natura, tipo: chuchu verde, apresentação: orgânico	463778	Kg	650	R\$ 2,61	R\$ 1.696,50
22	Legume in natura, tipo: inhame	463789	Kg	650	R\$ 3,83	R\$ 2.489,50
23	Legume in natura, tipo: beterraba, apresentação: orgânico	463767	Kg	728	R\$ 3,94	R\$ 2.868,32
24	Legume in natura, tipo: abóbora moranga	463746	Kg	1170	R\$ 4,09	R\$ 4.785,30
25	Legume in natura, tipo: pepino, apresentação: orgânico	463796	Kg	650	R\$ 4,45	R\$ 2.892,50
26	Legume in natura, tipo: pimentão verde, apresentação: orgânico	463809	Kg	520	R\$ 6,76	R\$ 3.515,20
27	Legume in natura, tipo: tomate cereja	463803	Kg	78	R\$ 11,14	R\$ 868,92
28	Legume in natura, tipo: tomate salada	463806	Kg	1170	R\$ 4,98	R\$ 5.826,60
29	Legume in natura, tipo 1: vagem manteiga	463807	Kg	260	R\$ 9,89	R\$ 2.571,40
30	Cebola roxa	463780	Kg	390	R\$ 4,49	R\$ 1.751,10
31	Ervilha seca	464570	Emb 500 g	104	R\$ 4,90	R\$ 509,60
32	Legume in natura, tipo: quiabo	463792	Kg	260	R\$ 6,38	R\$ 1.658,80
33	Legume in natura, tipo: batata inglesa, apresentação: orgânico	463754	Kg	2600	R\$ 4,63	R\$ 12.038,00
34	Legume in natura, tipo: maxixe verde, apresentação: orgânico	463791	Kg	260	R\$ 5,98	R\$ 1.554,80
35	Condimento, tipo: salsa, apresentação: natural, adicional: orgânico	463930	Molho	1053	R\$ 3,13	R\$ 3.295,89
36	Condimento, tipo: cebolinha, apresentação: natural, adicional: orgânico	463878	Molho	1053	R\$ 4,32	R\$ 4.548,96
37	Condimento, tipo: coentro, apresentação: natural, adicional: orgânico	463876	Molho	663	R\$ 3,13	R\$ 2.075,19
38	Condimento, tipo: hortelã, apresentação: natural, adicional: orgânico	463898	Molho	1040	R\$ 4,83	R\$ 5.023,20

39	Condimento, tipo: manjerição, apresentação: natural, adicional: orgânico	463906	Molho	390	R\$ 4,96	R\$ 1.934,40
40	Verdura in natura, tipo: agrião	463819	Molho	1560	R\$ 3,34	R\$ 5.210,40
41	Verdura in natura, tipo: rúcula	463826	Molho	1040	R\$ 4,09	R\$ 4.253,60
42	Verdura in natura, tipo: alface americana, apresentação: orgânica	463830	Unidade	1000	R\$ 4,95	R\$ 4.950,00
43	Verdura in natura, tipo: alface crespa	463832	Unidade	3120	R\$ 4,51	R\$ 14.071,20
44	Verdura in natura, tipo: manjerição	463906	Molho	400	R\$ 3,16	R\$ 1.264,00
45	Verdura in natura, tipo: brócolis japonesa, apresentação: orgânica	463838	Kg	156	R\$ 12,90	R\$ 2.012,40
46	Verdura in natura, tipo: couve-flor, apresentação: orgânica	463831	Kg	286	R\$ 11,04	R\$ 3.157,44
47	Verdura in natura, tipo:couve	463822	Molho	520	R\$ 3,98	R\$ 2.069,60
48	Verdura in natura, tipo: repolho branco , verde, apresentação: orgânica	463839	Kg	520	R\$ 3,85	R\$ 2.002,00
49	Tomate maduro in natura, tipo italiano, kg	463805	Kg	780	R\$ 7,79	R\$ 6.076,20
50	Verdura in natura, tipo: repolho roxo	463829	Kg	210	R\$ 5,00	R\$ 1.050,00
51	Condimento, tipo:alho, apresentação: natural, adicional:cabeça	463938	Kg	338	R\$ 22,83	R\$ 7.716,54
52	Condimento, tipo:alho descascado, apresentação:natural, adicional: dente de alho descascado	463853	Kg	208	R\$ 25,50	R\$ 5.304,00
53	Condimento, tipo: cravo da índia, apresentação: flor	463892	Kg	6	R\$ 84,48	R\$ 506,88
54	Condimento, tipo: curry, apresentação: pó	463894	Kg	20	R\$ 35,21	R\$ 704,20
55	Condimento, tipo:noz moscada, apresentação:grão	463913	Embalagem 50g	60	R\$ 25,68	R\$ 1.540,80
56	Condimento, tipo: orégano, apresentação: desidratado	463916	Kg	26	R\$ 42,96	R\$ 1.116,96
57	Condimento, tipo: alecrim, apresentação: desidratado	463856	Kg	13	R\$ 45,31	R\$ 589,03
58	Condimento, tipo:chimichurri à base de ervas e especiarias, apresentação:pasta, aplicação:bife, churrasco e assado	340428	Kg	80	R\$ 36,46	R\$ 2.916,80
59	Tempero, tipo: caldo, apresentação: pó, aplicação: uso culinário, sabor: carne	241572	Kg	220	R\$ 16,08	R\$ 3.537,60
60	Tempero, tipo: caldo, apresentação: pó, aplicação: uso culinário, sabor: galinha	241571	Kg	220	R\$ 15,40	R\$ 3.388,00
61	Condimento, tipo: canela, apresentação: pó	463872	Kg	20	R\$ 28,77	R\$ 575,40
62	Condimento, tipo: cominho, apresentação: pó	463891	Kg	13	R\$ 35,63	R\$ 463,19
63	Condimento, tipo gergelim, apresentação grão	463902	Kg	13	R\$ 36,79	R\$ 478,27
64	Condimento, tipo: louro desidratado, apresentação: folha, fardo com 5 pacotes de 200 g	463904	Kg	13	R\$ 37,83	R\$ 491,79
	Condimento, matéria-prima: pimenta do					

65	reino, aspecto físico: pó, características adicionais: tipo preta	463920	Kg	20	R\$ 30,85	R\$ 617,00
66	Condimento, tipo: açafrão, apresentação: pó	463857	Kg	16	R\$ 32,73	R\$ 523,68
67	Condimento, tipo: páprica, apresentação: pó vermelho	463917	Kg	40	R\$ 27,35	R\$ 1.094,00
68	Condimento, tipo: manjerona, apresentação: desidratada	463909	Kg	20	R\$ 23,73	R\$ 474,60
69	Legume em conserva, tipo: alcaparra	466788	Emb 100g	156	R\$ 17,30	R\$ 2.698,80
70	Legume em conserva, tipo: azeitona preta, tamanho: grande, apresentação: sem caroço	459645	Kg	20	R\$ 34,87	R\$ 697,40
71	Legume em conserva, tipo: azeitona verde, tamanho: grande, apresentação: sem caroço	459639	Emb 2kg	35	R\$ 59,57	R\$ 2.084,95
72	Legume em conserva, tipo: milho verde	462824	Emb 300 gr	1100	R\$ 3,65	R\$ 4.015,00
73	Cogumelo champignon, fatiado em conserva;	462830	Kg	35	R\$ 36,48	R\$ 1.276,80
74	Legume em conserva, tipo: ervilha	462823	Emb 200 gr	546	R\$ 3,36	R\$ 1.834,56
75	Carne defumada, tipo corte: toucinho (bacon), tipo animal: suína, apresentação: em mantas da barriga, estado de conservação: resfriado	447666	Kg	390	R\$ 31,67	R\$ 12.351,30
76	Carne salgada, tipo corte: músculo dianteiro - charque, origem: bovina, apresentação: cortada	447732	Kg	455	R\$ 39,48	R\$ 17.963,40
77	Carne suína in natura, tipo corte: costela /costelinha, apresentação: cortada, estado de conservação: congelado	447742	Kg	260	R\$ 27,29	R\$ 7.095,40
78	Carne bovina in natura, tipo corte: fígado, apresentação: fatiada em bife, estado de conservação: resfriado(a)	447484	Kg	300	R\$ 15,32	R\$ 4.596,00
79	Peixe em conserva, variedade: atum, apresentação: ralado, meio de cobertura: com óleo comestível	448999	Embalagem 500g	78	R\$ 9,47	R\$ 738,66
80	Água mineral natural, tipo: sem gás, embalagem: plástico, tipo embalagem: descartável	445484	Garrafa 500ml	390	R\$ 1,20	R\$ 468,00
81	Oleaginosa, tipo: amendoim, apresentação: natural, adicional: sem casca	264051 467292	Pacote 40g	650	R\$ 1,83	R\$ 1.189,50
82	Barra nutricional, composição básica: de flocos de cereais, ingredientes adicionais: oleaginosas e chocolate	467358	Embalagem 24Un	104	R\$ 25,93	R\$ 2.696,72
83	Bebida láctea, sabor: chocolate, apresentação: embalagem tetrapack	463551	Caixa 200 ml	910	R\$ 1,68	R\$ 1.528,80
84	Biscoito, sabor: água e sal, tipo: bolacha	217129	Pct 400g	400	R\$ 4,28	R\$ 1.712,00
85	Biscoito, sabor: salgado, características adicionais: integral e sem recheio, tipo: cream cracker	235092	Pacote 400g	390	R\$ 4,71	R\$ 1.836,90
86	Biscoito, sabor: maizena, características adicionais: sem lactose, tipo: bolacha, ingredientes: sem gordura trans	217132	Pacote 200g	624	R\$ 1,79	R\$ 1.116,96
	Biscoito, sabor: maizena, características					R\$

87	adicionais: sem lactose, tipo: bolacha, ingredientes: sem gordura trans	217132	Pacote 400g	520	R\$ 4,29	2.230,80
88	Biscoito, sabor:chocolate e avelã, características adicionais:com recheio, tipo:wafer	304977	Pacote 140g	650	R\$ 4,75	R\$ 3.087,50
89	Biscoito, apresentação: embalagem individual, classificação: doce, características adicionais: com recheio, aplicação: alimentação humana	323479	Pct 140g	700	R\$ 2,64	R\$ 1.848,00
90	Refrigerante, material:água gasosa /xarope, sabor:guaraná	217785	Lata 350 ml	520	R\$ 3,79	R\$ 1.970,80
91	Doce não confeitado, tipo: massa, sabor: amendoim, forma apresentação: tablete	462646	Kg	150	R\$ 23,82	R\$ 3.573,00
92	Doce não confeitado, tipo: massa, sabor: banana, bananada	462666	Emb1kg	180	R\$ 23,12	R\$ 4.161,60
93	Doce não confeitado, tipo: massa, sabor: paçoca, forma apresentação:rolha	462638	Emb1kg	160	R\$ 25,47	R\$ 4.075,20
94	Pão, base:de farinha de trigo integral, tipo:de forma, ingredientes adicionais: com grãos, apresentação:fatiado, tipo embalagem:embalagem individual	460401	Embalagem 500g	195	R\$ 7,55	R\$ 1.472,25
95	Adoçante, aspecto físico: líquido transparente, ingredientes: sucralose, prazo validade: 1 ano, tipo:dietético, características adicionais:bico dosador	236197	Frasco 100ml	78	R\$ 8,16	R\$ 636,48
96	Amido, base: de milho, pacote de 1 kg	467050	Kg	338	R\$ 8,38	R\$ 2.832,44
97	Aveia beneficiada, classe: branca, apresentação: em flocos finos, presença de glúten: contém glúten	460501	Emb 200g	325	R\$ 3,83	R\$ 1.244,75
98	Azeite extra virgem, frasco de vidro, espécie vegetal: de oliva, tipo: puro, teor da acidez: menor ou igual a 0,5%, similar ou superior a marca andorinha	463698	Embalagem 500ml	260	R\$ 36,43	R\$ 9.471,80
99	Azeite extra virgem, frasco de vidro, espécie vegetal: de oliva, tipo: puro, similar ou superior a marca o live	463698	Embalagem 500ml	260	R\$ 36,47	R\$ 9.482,20
100	Batata processada, espécie: inglesa, tipo formato: palha, tipo: frita, apresentação: pronto para consumo	463707	Emb 1kg	156	R\$ 23,77	R\$ 3.708,12
101	Refrigerante, material:água gasosa /xarope, sabor:cola, características adicionais:sem açúcar	217784	Lata 350 ml	520	R\$ 3,49	R\$ 1.814,80
102	Molho de mesa, tipo:ketchup, composição:tradicional, apresentação: creme	459663	Frasco 400 gr	195	R\$ 4,10	R\$ 799,50
103	Molho de mesa, tipo: ketchup tradicional, caixa com 144 saches de 7 g, composição:composição:polpa de tomate, açúcar cristal, vinagre, sal, amido modificado, conservador sorbato de potássio, aroma natural de ketchup, acidulante ácido cítrico e edulcorante artificial sucralose. Não contém glúten, derivados de soja, pode conter mostarda, gergelim e leite. Marca similar ou superior a predilecta.	459663	Emb 1,1kg	65	R\$ 15,49	R\$ 1.006,85

104	Doce não confeitado, tipo: em calda, sabor: cereja	462670	Emb 125g	78	R\$ 17,65	R\$ 1.376,70
105	Chá alimentação, tipo: chá de frutas, uso: alimentício, sabor: maçã com canela, saquinho com 13 grama	233886	Cx 10un	39	R\$ 8,82	R\$ 343,98
106	Chá alimentação, tipo: chá de hortelã, uso: alimentício	305799	Cx 10un	60	R\$ 3,70	R\$ 222,00
107	Chocolate, tipo: preto, apresentação: pó, sabor: tradicional, característica adicional: 50 % cacau	463547	Kg	234	R\$ 21,77	R\$ 5.094,18
108	Chocolate, tipo: preto, apresentação: granulado, sabor: tradicional	471259	Kg	40	R\$ 17,97	R\$ 718,80
109	Chocolate, tipo:preto, apresentação: barra, sabor:tradicional, prazo validade mínimo:12 meses	631997	Embalagem 1Kg	26	R\$ 34,46	R\$ 895,96
110	Calda doce para recheio , cobertura, sabor: caramelo, uso: para sorvete, embalagem de 1,3 kg	467286	Unidade	65	R\$ 15,64	R\$ 1.016,60
111	Côco ralado, apresentação: desidratado, características adicionais: sem glúten	427816	Pacote 1Kg	78	R\$ 25,96	R\$ 2.024,88
112	Creme de leite, teor gordura: 21 a 40% de gordura, processamento: uht	446532	Emb 200g	1040	R\$ 3,83	R\$ 3.983,20
113	Doce leite, tipo: em pasta, prazo validade mínimo: 06 meses	462601	Lata 10kg	14	R\$ 87,66	R\$ 1.227,24
114	Extrato de tomate, tipo: extrato concentrado, composição: tradicional, apresentação: creme	459670	Emb 340 gr	1200	R\$ 2,90	R\$ 3.480,00
115	Farinha de trigo sem fermento, pacote 1 kg	460263	Kg	600	R\$ 4,94	R\$ 2.964,00
116	Mistura alimentícia, ingredientes:farinha de trigo, ferro e ácido fólico, farinha de, aplicação:pão francês	242454	Saco 25kg	221	R\$ 88,31	R\$ 19.516,51
117	Farinha quibe, composição: grãos de trigo selecionados e moídos, tipo: cru	326330	Saco 500g	78	R\$ 4,46	R\$ 347,88
118	Farinha de rosca, base: de pão torrado, apresentação: granulos finos,médios	459152	Kg	26	R\$ 9,34	R\$ 242,84
119	Fermento, tipo: biológico seco, apresentação: pó granulado	459596	Emb 500gr	169	R\$ 24,67	R\$ 4.169,23
120	Fermento, tipo: químico, apresentação: pó	459586	Emb 100gr	520	R\$ 3,53	R\$ 1.835,60
121	Doce não confeitado, tipo: em calda, sabor: figo, peso 400 g drenado	462675	Lata 400g	312	R\$ 14,90	R\$ 4.648,80
122	Doce não confeitado, tipo: em calda, sabor: abacaxi	462657	Lata 400g	312	R\$ 13,87	R\$ 4.327,44
123	Gelatina alimentícia, apresentação:pó, sabor:sem sabor, origem:vegetal, característica adicional:sem corantes artificiais	462729	Pct 12g	260	R\$ 2,28	R\$ 592,80
124	Gelatina alimentícia, apresentação:pó, sabor:sabores diversos, origem:animal	462729	Pct1kg	234	R\$ 14,45	R\$ 3.381,30
125	Geléia, tipo:frutas, sabor:morango, prazo validade mínimo:12 meses	462695	Pote 250g	26	R\$ 8,76	R\$ 227,76
126	Doce não confeitado, tipo: massa, sabor: goiaba	462679	Embalagem 1Kg	286	R\$ 15,03	R\$ 4.298,58
127	Doce não confeitado, tipo: massa, sabor: marrom glace	462618	Pct 600g	78	R\$ 17,59	R\$ 1.372,02
	Iogurte natural, teor gordura:integral,		Bandeja			R\$

128	sabor:sortidos, componentes:com polpa ou pedaços de fruta	446706	6un	400	R\$ 6,13	2.452,00
129	Leite condensado, tipo:integral, ingrediente básico:leite in natura, prazo validade mínimo:12 meses	464014	Lata 395g	910	R\$ 7,07	R\$ 6.433,70
130	Leite côco, tipo:magro, característica adicional:teor de gordura reduzida	464011	Garrafa 500ml	312	R\$ 6,32	R\$ 1.971,84
131	Embutido, tipo: linguiça calabresa, tamanho: grossa, tipo preparação: defumada, estado de conservação: resfriado(a)	447702	Kg	598	R\$ 19,10	R\$ 11.421,80
132	Embutido, tipo:linguiça toscana, tamanho:grossa, tipo preparação:fresca, estado de conservação:resfriado(a)	447705	Kg	520	R\$ 22,33	R\$ 11.611,60
133	Linguiça; ingredientes: carne suína defumada; tipo: paio; características adicionais: salgada, kg	449182	Kg	130	R\$ 22,52	R\$ 2.927,60
134	Molho de mesa, tipo:maionese, composição:tradicional, apresentação: creme, adicional:sachê 7 g, caixa com 168 unidades, marca similar ou superior a hellmann's	459658	Kg	40	R\$ 14,04	R\$ 561,60
135	Maionese, tipo:tradicional, aplicação:uso culinário	459658	Emb 3,2Kg	46	R\$ 22,70	R\$ 1.044,20
136	Manteiga de primeira qualidade, com sal, pote com 500 gr, similar ou superior a marca presidente	446397	Emb500g	468	R\$ 27,60	R\$ 12.916,80
137	Massa de tomate, tipo:extrato concentrado, composição:tradicional, apresentação:creme	459670	Kg	520	R\$ 14,18	R\$ 7.373,60
138	Macarrão, teor de unidade: massa pré-cozida, base da massa de farinha de trigo, ingredientes adicionais:com ovos, tipo:fresca, apresentação:lasanha	465350	Emb 500g	650	R\$ 13,49	R\$ 8.768,50
139	Mel abelha, tipo:melíferas, tipo florada predominante:silvestre, prazo validade:1 anos, aplicação:alimentação humana	413364	Frasco 500g	52	R\$ 17,97	R\$ 934,44
140	Molho de mesa, tipo:inglês, composição: tradicional, apresentação:líquido	459655	Emb 150ml	520	R\$ 2,81	R\$ 1.461,20
141	Molho pimenta, composição:água /pimenta vermelha moída/vinagre de álcool/sal, aplicação:alimentos, tipo uso: culinária em geral	241553	Frasco 150ml	520	R\$ 2,57	R\$ 1.336,40
142	Frios, variedade:mortadela, tipo: bologna, tipo preparação:defumado, apresentação:peça inteira, estado de conservação:resfriado(a)	447789	Kg	520	R\$ 14,88	R\$ 7.737,60
143	Molho de mesa, tipo:mostarda, composição:tradicional, apresentação: creme	459667	Emb200g	520	R\$ 2,28	R\$ 1.185,60
144	Ovo processado, origem:codorna, apresentação:em conserva	446626	Kg	39	R\$ 29,20	R\$ 1.138,80
145	Ovo, origem:galinha, grupo:branco, classe:a, tipo:médio	446619	Bandeja 30un	650	R\$ 23,41	R\$ 15.216,50
	Pão de queijo, basa da massa:polvilho doce ou azedo e queijo, ingredientes					R\$

146	adicionais:com outros sabores, formato: coquetel/mini, apresentação:cru congelado	460494	Kg	325	R\$ 16,45	5.346,25
147	Doce não confeitado, tipo: em calda, sabor: pêssego	462684	Lata 400g	338	R\$ 14,67	R\$ 4.958,46
148	Chantilly, ingredientes: gordura vegetal interesterificada, açúcar, sal, ca, prazo validade: 12 mês, tipo embalagem de um litro tetra pak	402707	Un	130	R\$ 19,79	R\$ 2.572,70
149	Frios, variedade: peito de peru, tipo preparação: cozido, apresentação: peça inteira, estado de conservação: resfriado (a)	447790	Kg	104	R\$ 54,63	R\$ 5.681,52
150	Mistura alimentícia, ingredientes: açúcar, amido modificado de mandioca, sal, aromati, aplicação: pão doce, características adicionais: mistura em pó amarela, para creme de confeitiro	444402	Kg	208	R\$ 15,51	R\$ 3.226,08
151	Frios, variedade: presunto de pernil, tipo preparação: cozido, composição: sem capa de gordura, apresentação: peça inteira, estado de conservação: resfriado (a)	447770	Kg	390	R\$ 24,00	R\$ 9.360,00
152	Queijo, origem:de vaca, variedade: minas, tipo:fresco, apresentação:peça	446660	Kg	364	R\$ 31,84	R\$ 11.589,76
153	Queijo, origem:de vaca, variedade:prato, apresentação:peça	446639	Kg	468	R\$ 42,60	R\$ 19.936,80
154	Queijo, origem:de vaca, variedade: muçarela, apresentação:peça	446633	Kg	468	R\$ 48,29	R\$ 22.599,72
155	Queijo, origem:de vaca, variedade: ricota, tipo:fresco, apresentação:peça	446654	Kg	60	R\$ 23,21	R\$ 1.392,60
156	Refrigerante, material: água gaseificada, açúcar, extrato noz de cola, sabor: aroma natural, características adicionais: cafeína, corante caramelo iv, acidulante ins 338	217784	Garrafa 2l	520	R\$ 6,79	R\$ 3.530,80
157	Requeijão, ingredientes: creme de leite, conservação: 1 a 10 °c, características adicionais: cremoso	446671	Embalagem 200g	390	R\$ 6,13	R\$ 2.390,70
158	Requeijão, ingredientes:sal, tipo: cremoso, conservação:1 a 10 c, peso: 1.800 kg, tipo embalagem:pacote, prazo validade:60 (fechado) dias	446671	Embalagem 1,5Kg	78	R\$ 37,30	R\$ 2.909,40
159	Sal, tipo: grosso, aplicação: alimentícia, teor máximo sódio: 390 mg,g, acidez: 7,0 ph	454018	Kg	52	R\$ 2,35	R\$ 122,20
160	Sal, tipo: refinado, aplicação: alimentícia, teor máximo sódio: 390 mg, g, acidez: 7,0 ph	454017	Kg	455	R\$ 2,75	R\$ 1.251,25
161	Embutido, tipo:salsicha hot dog, tipo preparação:cozida, estado de conservação:resfriado(a)	447720	Quilograma	520	R\$ 12,19	R\$ 6.338,80
162	Vinagre, matéria-prima:vinho tinto, tipo: acentuado, acidez:4,50 per, aspecto físico:Líquido, aspecto visual:limpido e sem depósitos	249817	Frasco 750 ml	325	R\$ 6,17	R\$ 2.005,25
163	Doce não confeitado, tipo: em calda, sabor: ameixa, peso 400 g drenado	462662	Lata 400g	325	R\$ 15,93	R\$ 5.177,25

164	Suco,apresentação:xarope,sabor:guaraná, tipo:natural,característicasadicionais: concentrado	326671	Galão 5l	520	R\$ 40,52	R\$ 21.070,40
165	Leite fluido, origem:devaca, tipo:a, teorgordura:integral,processamento:uht	445995	Caixa 1L	156	R\$ 5,75	R\$ 897,00
166	"achocolatado", apresentação:pó, sabor: chocolate, prazo validade:18 (fechado) meses	463556	Lata 400g	520	R\$ 12,37	R\$ 6.432,40
167	Farinha de mandioca, grupo:seca, subgrupo:branca torrada, classe:fina, aspecto físico:tipo 1, acidez:baixa acidez	458920	Embalagem 1Kg	910	R\$ 7,31	R\$ 6.652,10
168	Farinha de milho, grão:amarelo, tipo: fubá, característica adicional:não transgênico	470688	Embalagem 1Kg	390	R\$ 11,30	R\$ 4.407,00
169	Legume em conserva, tipo:palmito, apresentação:inteiro	460486	Embalagem 300g	65	R\$ 16,59	R\$ 1.078,35
170	Tapioca granulada, branca, tipo 1, finalidade de fazer cuscuz doce	459085	Embalagem 1kg	91	R\$ 12,41	R\$ 1.129,31
171	Cereal preparado, aspecto físico: grãos, componentes: aveia, banana, maçã e canela, características adicionais: granola	444323	Lata 500g	65	R\$ 11,98	R\$ 778,70
172	Milho branco, tipo grão, aplicação canjica doce	279262	Kg	52	R\$ 13,33	R\$ 693,16
173	Milho triturado, cor amarelo, tipo grão triturado, aplicação canjiquinha salgada	459015	Kg	80	R\$ 9,53	R\$ 762,40
174	Frango com miudos, tipo moela	447589	Kg	80	R\$ 24,40	R\$ 1.952,00
175	Frango com miudos, tipo coração	447640	Kg	80	R\$ 39,78	R\$ 3.182,40
176	Salame italiano, tipo em peça	447877	kg	30	R\$ 76,46	R\$ 2.293,80
177	Queijo parmesão, origem:de vaca, tipo: parmesão, apresentação:ralado	446648	Emb 100g	182	R\$ 6,07	R\$ 1.104,74
178	Carne salgada, tipo corte: lombo, origem: suína, apresentação: peça sem osso, aplicação: feijoada	467201	Kg	234	R\$ 25,83	R\$ 6.044,22
179	Suco,apresentação:xarope,sabor:guaraná com açaí,tipo:natural, característicasadicionais:concentrado	326671	Galão 5l	650	R\$ 37,06	R\$ 24.089,00
180	Suco,apresentação:xarope,sabor:goiaba, tipo:natural,característicasadicionais: concentrado	326671	Litro	195	R\$ 18,44	R\$ 3.595,80
181	Suco,apresentação:xarope,sabor:uva,tipo: natural,característicasadicionais: concentrado	326671	Galão 5l	195	R\$ 39,38	R\$ 7.679,10
182	Drumete, carne de ave in natura, tipo animal: frango, apresentação: inteiro, estado de conservação: congelado, processamento: com pele, com osso	447874	kg	351	R\$ 19,60	R\$ 6.879,60
183	Molho de mesa, tipo:shoyu, composição: tradicional, apresentação:líquido	459653	Emb 150ml	455	R\$ 2,62	R\$ 1.192,10
184	Biscoito de leite, sachê de 9 gr com 2 unidades de biscoito	323480	Emb 9 gr	715	R\$ 0,33	R\$ 235,95
185	Biscoito maizena, sachê de 9 gr com 2 unidades de biscoito	217132	Emb 9 gr	715	R\$ 0,33	R\$ 235,95
186	Biscoito de chocolate tipo rosquinha, sachê de 9 gr com 2 unidades de	323480	Emb 9 gr	715	R\$ 0,37	R\$ 264,55

	biscoito					
187	Biscoito cream cracker, salgado, sachê de 9 gr com 2 unidades de biscoito	235092	Emb 9 gr	715	R\$ 0,26	R\$ 185,90
188	Massa de farinha de trigo refinada, em rolo, fresca e resfriada (Pastel)	462245	kg	130	R\$ 18,78	R\$ 2.441,40
189	Massa de farinha de trigo refinada, em rolo, fresca e resfriada (Massa folheada)	462124	kg	130	R\$ 37,80	R\$ 4.914,00
190	Bolo de chocolate em sachê de 70gr, com duas unidades, similar ou superior a ana maria	232144	Pacote 70 g	1040	R\$ 4,28	R\$ 4.451,20
191	Pó para preparo de cappuccino tradicional, similar ou superior a marca iguaçu	463568	lata 200 g	65	R\$ 24,39	R\$ 1.585,35
SOMA						R\$ 729.496,36

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. Prevalece a descrição de cada item da tabela acima no caso de divergência com a descrição do CATMAT.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou outro documento hábil, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.1.1. Com fulcro no Art 4º da Lei Federal nº 6.938 de 31/08/81 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, a qual encontra – se recepcionadapela Carta Constitucional e na Instrução Normativa nº 01 da SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, o objeto constante deste edital deverá obedecer aosseguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- 4.1.2. Ser sustentável em sua totalidade, inclusive a embalagem;
- 4.1.3. Ser fabricado por empresa que atenda às normas ISO 14.0001 de Gestão Sustentável e ISO 9001 de Qualidade, no que couber;
- 4.1.4. Conter produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa, com procedência legal, no que couber;

- 4.1.5. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 4.1.6. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.1.7. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma garantir a máxima proteção durante transporte e armazenamento; e
- 4.1.8. Que os bens não contenham, substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres de fenil polibromados (PB-DEs), no que couber.
- 4.1.9. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei no 12.305, de 2012 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.
- 4.1.10. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

### **Indicação de marcas ou modelos**

- 4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da marca, característica e/ou modelo, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, os quais estarão descritos na tabela do item 1.1.

### **Subcontratação**

- 4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

- 4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

- 4.5. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.5.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 4.5.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 4.5.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

### **Qualidade e certificações das mercadorias**

- 4.6. Os hortifrúti e grãos, assim sendo :
- 4.6.1. Os vegetais, hortaliças, tubérculos e rizomas deverão ser fisiologicamente desenvolvidos, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças, em perfeitas condições de conservação e manutenção.
- 4.6.2. Os folhosos deverão ser fisiologicamente desenvolvidos, limpos, com coloração própria, livres de doenças e em perfeitas condições de conservação.
- 4.6.3. Os frutos deverão ser fisiologicamente desenvolvidos, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos e em perfeitas condições de conservação.
- 4.7. Os cereais, leguminosas, farinhas, massas e biscoitos deverão ter odor, sabor e consistência característicos do produto, isentos de matéria estranha, impurezas, resíduos, parasitas, matéria terrosa e umidade.
- 4.7.1. As embalagens deverão ser atóxicas, reforçadas, lacradas, identificadas com a caracterização do produto, nome do fabricante, quantidade, data de validade, registro no órgão competente e quando pertinente, composição nutricional e indicação do preparo.
- 4.8. Pó para preparo de gelatinas, pudins, achocolatados, etc:
- 4.8.1. Deverão ter odor, sabor e consistência característicos do produto, isentos de matéria estranha, impurezas, resíduos, parasitas, matéria terrosa e umidade.

4.8.2. As embalagens deverão ser atóxicos, reforçadas, lacradas, identificadas com a caracterização do produto, nome do fabricante, quantidade, data de validade, registro no órgão competente e quando pertinente composição nutricional e indicação do preparo.

4.9. Enlatados e conservas:

4.9.1. As embalagens não poderão estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, devendo conter indicação com a descrição do produto, peso líquido, ingredientes, Data de validade e registro do órgão competente.

4.10. Chás, condimentos e temperos:

4.10.1. Deverão ter odor, sabor e consistência característica, isento de fungos, parasitas, umidade e impurezas.

4.10.2. As embalagens deverão ser integras, lacradas, identificadas com as características do produto, data de validade no órgão competente.

4.11. Bebidas em geral:

4.11.1. Deverão ter sabor característico, sendo embalagens em lata, vidro, plástico ou embalagem tipo longa vida.

4.11.2. Sucos concentrados de frutas naturais deverão ser entregues com diluição mínima conforme a descrição de cada item.

4.12. Carnes, aves, suínos e peixes:

4.12.1. A embalagem primária deverá ser a vácuo, identificada com rótulo indicando o produto, prazo de validade e registro no órgão competente.

4.12.2. A embalagem secundária deverá ser a vácuo, identificada com rótulo indicando o produto, prazo de validade e registro no órgão competente.

4.12.3. O transporte deverá ser em caminhão refrigerado e o responsável pela entrega deverá apresentar – se limpo e uniformizado.

4.13. Frio e laticínios:

4.13.1. Os frios e laticínios deverão ser entregues em temperatura de até 10° C.

4.13.2. A embalagem deverá ser íntegra, identificada com a data de fabricação e da validade e registro no órgão competente.

4.13.3. O transporte deverá ser em caminhão refrigerado e o responsável pela entrega deverá apresentar – se limpo e uniformizado.

4.14. Todos os itens que estiverem submetidos ao controle da ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, deverão estar em conformidade com as normas estabelecidas pela mesma, sendo facultado ao pregoeiro solicitar a certificação a qualquer fase do processo

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias corridos para carnes e produtos hortifrutigranjeiros e 10 (dez) dias corridos para os demais itens, contados a partir da data de recebimento da solicitação junto à nota de empenho.

5.2. As hortaliças herbáceas (exemplo: alface, rúcula, agrião, salsa, cebolinha, coentro...e outros) deverão ser entregues semanalmente e não haverá quantidade mínima para entrega.

5.2.1. Demais hortaliças, não descritas no item 5.2, deverão ser entregues quinzenalmente e não haverá quantidade mínima para entrega.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Compositor Benedito Lacerda, nº300 Bairro centro Macaé – RJ, CEP 27913-000, 9ª Bateria de Artilharia Antiaérea Escola – FMH.

5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60 dias do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### Gestor do Contrato

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa: [A1]

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10 (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 6 (seis) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

#### **Cessão de Crédito**

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

#### **Reajuste**

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/03/2026.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral, conforme a quantidade constante na nota de empenho.

#### **Crítérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

#### **Qualificação Econômico-Financeira[A10]**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**Qualificação Técnica**

9.31. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

9.31.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32.3 Autorização para o exercício da atividade de revenda de GLP, expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), válida na data da apresentação da proposta;

9.32.4 Comprovação de regularidade cadastral junto à ANP, compatível com a atividade de comercialização de GLP;

9.32.5 Licença de funcionamento expedida pela Prefeitura Municipal competente;

9.32.6 Licença ambiental emitida por órgão ambiental competente (estadual ou municipal), quando aplicável;

9.32.7 Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou documento equivalente vigente, comprovando a regularidade das instalações quanto à segurança contra incêndio;

9.32.8 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da empresa para fornecimento de GLP em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação;

9.32.9 Declaração de que dispõe de estrutura logística adequada para entrega do produto, incluindo transporte autorizado e seguro;

9.32.10 Declaração de que os produtos fornecidos atendem às especificações de qualidade exigidas pela ANP;

9.32.11 Compromisso de fornecimento de botijões em perfeitas condições de uso, sem avarias, vazamentos ou irregularidades;

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 729.496,36(setecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), conforme custos unitários descrito na tabela contida no item 1.1.1.acima.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 160240;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 171397;
- IV) Elemento de despesa: 339030; e
- V) Plano interno: E6SUPLJA1QR.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Macaé, 14 de abril de 2026.

Militar responsável: ANDERSON GOMES SILVEIRA - 1º Sgt (Aux do Setor de Aproveitamento da 9ª Bia AAAe (Es) FMH

## 13. ANEXO I

### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

**(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)**

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (nota de empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
  - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
  - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
  - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
  - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
  - 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
    - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
  - 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
  - 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]
- 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - 4.1.7.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 4.1.7.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 4.1.7.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
  - 4.1.7.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 4.1.7.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
  - 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
  - 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
  - 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
    - 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
  - 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária de Macaé para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

# 14. ANEXO II

## TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 90007/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Macaé-RJ, ..... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANDERSON GOMES SILVEIRA**

Chefe do Setor de Aprovisionamento da 9ª Bia AAAe (Es)..



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 13:58:04.

**BRUNO TRENTINI LOPES RIBEIRO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 11:19:54.*